

A GESTÃO NO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Pamela Caetano Gimenes

As reflexões apresentadas neste texto abrangem um recorte de uma pesquisa em andamento do curso de mestrado em educação e está vinculado a linha de Políticas e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, *Stricto Sensu* (PPGEdu), da Faculdade de Educação (FAED), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

O tema escolhido para o desenvolvimento dessa pesquisa é o planejamento educacional e suas concepções de gestão, o objetivo principal foi investigar como se apresentam esses planejamentos quando possuem concepção de gestão gerencial, e quando possuem concepção de gestão democrática.

Para tanto, como parte de aprimoramento do referencial teórico-metodológico, realizou-se uma pesquisa qualitativa por meio de levantamento bibliográfico e pesquisa documental, tendo como fontes bibliográficas artigos em periódicos, livros e capítulos que tratam de planejamentos educacionais no Brasil, em especial da gestão democrática e da gestão gerencial da educação; e como fontes documentais a normatização educacional do Brasil.

De acordo com Lima; Aranda e Lima (2013), as políticas educacionais são um conjunto de leis, programas e ações que norteiam a direção do sistema educacional e está sempre pautada em uma concepção de sociedade que direciona a mesma para alcançar determinadas metas. As ações podem envolver participação dependendo da concepção a qual estará firmada a gestão educacional.

O planejamento educacional é uma ação formulada no intuito de alcançar objetivos ligados à qualidade e eficiência no âmbito da educação de uma sociedade. O princípio de gestão democrática está subsidiado pela lei e apresenta-se elencado nesse instrumento organizacional de planejamento e junto a ele, verifica-se características da concepção de gestão gerencial.

Scaff (2007), expõe que o planejamento é caracterizado por uma atividade humana presente no cotidiano de todos os indivíduos, pela qual estes estabelecem estratégias e objetivos a serem atingidos. Em sentido amplo, o planejamento é um meio de orientar o futuro, considerando o presente, o meio cultural, as experiências

que já se passaram e o contexto político, social e econômico. Desta feita, pode ser entendido como uma ação política-administrativa articulada ao Estado.

No âmbito educacional, o planejamento surgiu na segunda metade do século XX, pois esse era um tema recorrente nas reuniões internacionais. Para Scaff (2007, p. 35), um dos marcos para tanto foi, “em 1958, o Seminário Internacional de Planejamento Integral da Educação, realizado em Washington, que debita muitos males apontados na educação latino-americana”, como o índice do baixo desenvolvimento dos países. E com o objetivo de recuperar o desenvolvimento e nortear as ações educacionais de maneira racional e retomar o desenvolvimento dos países, organizaram o planejamento educacional.

Com as reformas dos países da América Latina no decorrer dos anos, o planejamento educacional obteve forte influência nos debates internacionais. o *Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento* (BIRD) estabeleceu uma diferença entre os outros agentes internacionais, pois ele circunscreve sua ação ao financiamento de projetos pontuais de reordenamento da gestão educacional no intuito de institucionalizar esse planejamento para um cunho gerencial, com foco administrativo (KRAWCZYK; VIEIRA, 2008).

A gestão gerencial se apresenta no planejamento educacional de forma que a participação é racionalizada, ou seja, é direcionada apenas na execução de tarefas (ALVES, 2014), estando relacionada ao produto final que será alcançado no referido planejamento, e não com percurso de elaboração, com estratégias planejadas no intuito de atender as lógicas do mercado. Segundo Peroni (2012), ela não se limita apenas a discursos, uma vez que influencia diretamente na gestão da educação e em seu planejamento educacional. Scaff (2011) explana que esses modelos gerenciais da gestão pública chegam às instituições educacionais por meio dos Planos Nacionais de Educação (PNEs) e dos programas políticos.

A pseudoparticipação é uma das características de um planejamento educacional com práticas voltadas para a gestão gerencial, pois eximir o Estado das suas responsabilidades e induzir a participação com atividades previamente planejadas são imposições que tiram direitos, o que reduz a condição de participação dos atores sociais a de um objeto de dominação. Além disso, os objetivos e metas que não são alcançadas são de total responsabilidade da sociedade civil, ou seja, o intuito é tirar do Estado a função de arcar com a responsabilidade sobre os resultados que ele mesmo delega sobre a sociedade.

Contraopondo-se as ideias de planejamento educacional defendidas pelo Estado capitalista, com concepções gerenciais de educação, Melo (2004) argumenta que tal planejamento é uma ação política, e que

[...] os planos e programas não expressam somente construções de interesses sociais diferentes, mas são resultado do embate histórico-social de projetos diferentes, distintos, até mesmo contraditórios, de sociedade e de educação; defendidos e implementados historicamente, de forma múltiplas, por diversos sujeitos políticos coletivos (MELO, 2004, p. 19).

O autor refere-se ao planejamento como um instrumento de poder que transforma a sociedade de forma coletiva, levando em consideração o que é melhor para um todo. Essa ideia é voltada para práticas de gestão democrática, visando à participação na construção do mesmo.

O planejamento educacional com uma concepção de gestão democrática se difere do que apresenta uma concepção gerencial, já que tem a participação como principal elemento, não concebendo como possível realizar ações sem planejá-las com antecedência, envolvendo sugestões de todos os seguimentos.

Na visão de Cury (2005), a gestão democrática é a descentralização do poder, que se traduz através do diálogo e no sistema federativo do Brasil reconhecido pela Constituição Federal de 1988, de modo que o compartilhamento do poder é uma característica que o sistema deve supor, pois o ato de administrar um bem público com a participação da sociedade em geral se constitui em descentralização do poder e em uma das únicas formas de superar os entraves e problemas que existem no país.

O autor ressalta que a descentralização do poder pressupõe um novo modo de administrar a realidade através da comunicação que se efetiva pelo envolvimento coletivo, que abarca a todos os segmentos no intuito de melhorar o sistema educacional.

Portanto, quando utilizado como instrumento de democratização, o planejamento envolve participação, coletividade, diálogo e é um meio imprescindível para qualidade da educação, que também utiliza dessa prática de planejar, no sentido de estabelecer caminhos para nortear as ações educativas (AMORIM; SCAFF, 2013).

Já quando apresenta uma concepção de gestão gerencial é elaborado pelo Estado, admitindo a participação da sociedade na sua implementação e na sua avaliação, de forma que esta participe como fiscalizadora da execução desse Plano.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. D; SCAFF, E. A. S. O planejamento como instrumento de gestão da educação básica: tendências das políticas atuais. In: LIMA, A. B de; FREITAS, D. N. T. de. (Orgs.). **Políticas sociais e educacionais: cenários e gestão**. 1. ed. Uberlândia, MG: EDUFU, 2013, v. 1, p. 247-266.

CURY, C. R. J. O princípio da gestão democrática na educação, in: BRASIL. MEC. **Gestão democrática da educação**. Boletim 19 de Outubro de 2005. p. 14-19. Acesso em: <https://docplayer.com.br/336710-Gestao-democratica-da-educacao-boletim-19-outubro-2005.html>. Acesso em: 10, jan. 2020.

FERNANDES, F. S. **Planejamento educacional: conceitos, definições e mudanças. Recompilando e relendo as concepções latino-americanas da década de 1980 e início de 1990**. 2006. 232f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP.

KRAWCZYK, N. R; VIEIRA, V. L. **A reforma educacional na América Latina nos anos 1990: uma perspectiva histórico-sociológica**. São Paulo: Xamã, 2008.

MELO, A. A. S. **A mundialização da educação**. Consolidação do projeto neoliberal na América Latina: Brasil e Venezuela. Maceió: EDUFAL, 2004.

PERONI, M.V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 19-31, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a03v23n2.pdf>. Acesso em: 23, mar. 2020.

SCAFF, E. A. S. Cooperação internacional para o planejamento de educação brasileira: aspectos teóricos e históricos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 88, n. 219, p. 331-344, 2007. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/751>. Acesso em: 06, fev. 2020.

SCAFF, E. A. S. O modelo gerencial de gestão pública e sua aplicação na educação brasileira. In: LIMA, P. G.; FURTADO, A. C. **Educação brasileira: interfaces e solicitações recorrentes**. Dourados, MS: UFGD, 2011.